

**Proposta de Teses Políticas e
Organizativas para a Conferência Nacional
Aberta de Luta contra o Golpe**

**PROGRAMA
DE LUTA
PARA
DERROTAR
O GOLPE**

Julho de 2018

Proposta de Teses Políticas e Organizativas para a Conferência Nacional Aberta de Luta contra o Golpe

Um programa de luta para derrotar o golpe

Para debate nas conferências de luta contra o golpe municipais, setoriais, regionais e nacional convocadas pelos Comitês de Luta e pelo Partido da Causa Operária (PCO)

1. É preciso uma mobilização revolucionária para derrotar o golpe, libertar Lula e anular o *impeachment*

As seguidas derrotas dos explorados e de suas organizações que lutam contra o golpe de Estado (*impeachment* comprado da presidenta Dilma Rousseff, aprovação de “reformas” golpistas, prisão de Lula etc.) deixaram claro que o regime golpista não pode ser derrotado por meio de um entendimento com os golpistas; tampouco por meio de ações no Judiciário golpista, no qual não valem as provas e onde não vigora a Lei mas apenas a vontade dos “donos do golpe”: o imperialismo e o grande capital “nacional”.

Não será também nas urnas, em eleições fraudulentas, organizadas pela direita golpista, que os explorados e suas organizações de luta poderão sair vitoriosos. O processo eleitoral, sob controle do Judiciário que persegue os inimigos do regime golpista e mantém como preso político o ex-presidente e maior liderança popular do País, Luiz Inácio Lula da Silva só pode resultar em eleições manipuladas pelos monopólios dos meios de comunicação patrocinadores do golpe.

Na prisão de Lula, quando – contra a vontade de milhares de ativistas e sob a pressão de setores conservadores da esquerda – o ex-presidente se entregou, inclusive acreditando que isso abreviaria sua prisão, ficou evidente que a política de não enfrentar as instituições do regime golpista não assegura nada que sirva aos direitos democráticos do povo.

A recente greve dos caminhoneiros, com amplo apoio popular, comprovou que o governo golpista pode ser derrotado por meio de uma mobilização revolucionária, que ultrapasse os limites das institui-

ções, ou seja, a política de colaboração de classes e de entendimento com os algozes que derrubaram o governo eleito pela maioria da população e que violam a Constituição para manter Lula preso e atentar contra seus direitos e de todo o povo. A paralisação nacional dos caminhoneiros fez o governo recuar pela primeira vez desde o golpe, justamente em uma questão central como a da administração dos preços de combustíveis. Mostrou que a mobilização é o **único caminho eficaz para derrotar o governo.**

O golpe só será derrotado por meio de uma ampla mobilização da classe trabalhadora, da juventude e de todos os setores explorados – tendo à frente seu pelotão mais combativo, a classe operária – sob a liderança de suas organizações de luta, nas ruas, com seus próprios instrumentos de ação como é o caso da greve geral, ocupações e todo tipo de ação que impulsione o enfrentamento do povo inteiro contra o regime golpista.

Essa mobilização não deve buscar um acordo inviável com os golpistas, mas a derrota dos golpistas por meio da deposição do governo Temer e de todos os golpistas, anulação do *impeachment*, cancelamento de todas as “reformas” e medidas dos golpistas e a conquista da soberania popular, da realização de eleições livres e democráticas, sob o controle das organizações populares e da convocação de uma Assembleia Constituinte baseada na mobilização popular e na derrota do golpe.

2. Abaixo a ditadura do Judiciário: fim da operação Lava Jato e de todos os processos de perseguição política. Libertação de todos os presos políticos do regime

A farsa do “combate à corrupção” pelos maiores corruptos do País, seus partidos, sua imprensa, seu Judiciário etc., que foi usada como pretexto para o golpe de Estado, está cada dia mais evidente. Não há absolutamente nenhuma luta “contra a corrupção”. A direita burguesa pró-imperialista comandada pelo próprio imperialismo apenas repete o seu surrado roteiro de utilização da corrupção como instrumento de luta contra governos “incômodos” para ela (Getúlio Vargas em 1954 e João Goulart em 1964 principalmente). Não há mais dúvidas de que se trata de um processo de perseguição política aos opositores do regime golpista para impor o mais brutal ataque contra as condições de vida da maioria do povo e favorecer um punhado de monopólios capitalistas (bancos, petroleiras etc.) que promovem uma acelerada destruição da economia nacional.

A Operação Lava Jato é uma operação golpista, comandada pelo imperialismo

e tem que ser denunciada e combatida como tal e, de forma alguma, deve ser defendida pelas organizações de luta dos explorados, o que só serve para semear confusão e é uma política declaradamente golpista, contrarrevolucionária e de apoio ao imperialismo.

É preciso realizar uma ampla campanha de propaganda e agitação **pelo fim da Operação Lava Jato**, cancelamento de todos os processos fraudulentos e de perseguição política por ela levados adiante. Qualquer contemporização demagógica com a chamada “luta contra a corrupção”, em geral, e a operação da República de Curitiba, em particular, conduz a um fortalecimento do golpe.

A Conferência Nacional de Luta Contra o Golpe deve se pronunciar também pela **imediate liberdade para Lula, José Dirceu, Vaccari, Delúbio e todos os presos políticos do regime golpista e anulação de todos os processos sumários, fraudulentos e sem provas.**

Pela imediata libertação de centenas de milhares de pessoas presas sem condenação, que são uma expressão do regime de exceção e violação das garantias constitucionais imposto ao País e que tem como vítimas fundamentais a classe trabalhadora, a juventude e a população negra que tem centenas de milhares de pessoas aprisionadas por um regime de terror e guerra contra o povo e pela libertação imediata de todos os que estão presos em condições subumanas que são uma marca de um estado permanente de barbárie em nosso País.

A luta contra a ditadura e consequentes desmandos do Judiciário é parte da luta fundamental contra o próprio golpe de Estado, do qual são um dos pilares mais fundamentais. Os comitês de luta e todas as organizações de luta pelos direitos democráticos da população precisam se levantar pelo **fim da ditadura do Judiciário**; dentre outras medidas por meio da eleição direta dos juizes; controle do Judiciário pelas organizações populares, revogação de mandatos; fim dos privilégios da cúpula do Judiciário que recebem vencimentos até 20 vezes superiores ao teto salarial do poder público (salário do presidente da República) e ainda se apoderam de benefícios como o auxílio moradia de mais de R\$ 4 mil, equivalente a uma renda superior à da maioria da classe trabalhadora.

3. Não à intervenção e ao golpe militar. Abaixo a ditadura!

Os militares tomaram conta do governo golpista de Michel Temer desde o início, com a criação do Gabinete de Segurança Institucional, ocupado pelo general Sérgio Etchegoyen, vinculado ao aparato de repressão da ditadura militar. Reforçaram, em seguida, sua posição dentro do Estado colocando um general à frente do Ministério da Defesa pela primeira vez desde sua criação e nomeando elementos de sua confiança para outros cargos importantes nos órgãos de repressão como a chefia da Polícia Federal.

A presença militar desenvolveu-se com a intervenção militar no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte, com a ameaça de intervenção em outros Estados como Ceará e Piauí e na proliferação das chamadas Operações de Lei e Ordem (GLO) em todo o País, em uma clara preparação para uma intervenção militar.

Isso demonstra que estamos diante de, primeiro lugar, um golpe, que contou com a participação ativa do comando militar, em particular do Exército e, segundo, que nos defrontamos com um governo e um regime que, como consequência do golpe, é abertamente tutelado pelos militares. Esta situação mostrou-se, na prática, com as ameaças ao STF quando da votação do pedido de habeas corpus de Lula em que os militares deram um claro ultimato à corte suprema.

Em aberta oposição à especulação de setores da esquerda burguesa e pequeno-burguesa, que deram a entender que o Exército e as Forças Armadas esta-

riam dominados por uma posição nacionalista, todos os elementos dos comandos militares deixaram clara a sua posição totalmente pró-imperialista, que já havia sido demonstrada pela sua participação em primeiro plano no golpe de Estado.

Nessas condições, o regime golpista intensificou a repressão contra os trabalhadores (só na Comunidade da Rocinha já são cerca de 70 mortos desde a intervenção e a violência só se agravou no Rio de Janeiro, por exemplo), cresce a perseguição e a manutenção de trabalhadores sem-terra e suas lideranças no campo e suas organizações.

De fato, está estabelecido no País um regime controlado nos bastidores pelos militares que apoiaram a deposição de Dilma Rousseff e que são o sustentáculo de todas as medidas antinacionais e antioperárias adotadas pelo regime golpista, como a entrega do petróleo nacional, privatizações, “reformas” contra os trabalhadores etc.

A situação evidencia que não fazia o menor sentido a campanha da direita (repercutida por setores da esquerda) de que a intervenção no Rio de Janeiro tinha fins eleitorais em relação ao combalido governo Temer e seu partido, o MDB. Trata-se de uma operação de guerra contra o povo que é usada para impor um regime de terror e, inclusive, como treinamento das forças militares para um intervenção geral, um golpe militar, preconizada por vários chefes militares como alternativa da direita golpista diante da situação de aumento da revolta popular (o “caos”) contra o regime nascido do golpe de Estado.

O golpe militar é um recurso extremo da burguesia imperialista e “nacional” golpista que os chefes militares defenderam publicamente como devendo ser preparado por meio de “aproximações sucessivas” – muitas das quais eles colocaram em prática. Essa política, da mesma forma que toda a luta contra o golpe, precisa ser enfrentada e derrotada pela mobilização revolucionária dos trabalhadores e da juventude e de suas organizações de luta, para o qual um aspecto fundamental é a superação de toda a crença no caráter democrático ou nacionalista do comando das Forças Armadas e na “inviabilidade” de um golpe militar, que não se mostraram reais em nenhum momento decisivo da luta de classes no País e no exterior, onde os chefes militares brasileiros atuam cada vez mais como súditos dos interesses do imperialismo norte-americano.

Diante desta situação, os comitês de luta e todas as organizações dos trabalhadores devem realizar uma

ampla **campanha nacional pelo fim da Intervenção no Rio de Janeiro e pelo fim da intervenção militar em geral na situação interna do País**, denunciando amplamente os crimes e cessação dos direitos democráticos do povo trabalhador advindos desse processo.

É preciso realizar também uma **campanha contra um possível golpe militar**, desmascarando o caráter reacionário e entreguista da política dos militares de apoio ao golpe e de sustentação do governo Temer, bem como reavivando a história de repressão, corrupção e entrega e submissão do País ao imperialismo do próprio regime militar junto à população trabalhadora e à juventude.

4. Milhares de comitês de luta em todo o País para impedir o avanço do golpe e abrir caminho para uma vitória dos explorados

O problema-chave da crise é o fato de que não há unidade das forças de esquerda para combater o golpe. A política do “plano B” e de “virar a página do golpe”, defendida por setores da esquerda deixou claro que há muitas facções e partidos da própria esquerda que não querem lutar contra o golpe, mas querem se aliar aos golpistas, submetendo-se ao golpe como um fato consumado.

Um dos aspectos mais importantes da luta contra o golpe foi e continua sendo a organização de **comitês de luta** em suas mais diversas formas (contra o golpe, pela anulação do *impeachment*, pela liberdade de Lula etc.) para agrupar e impulsionar uma mobilização de milhares de trabalhadores e jovens contra o regime golpista e seus ataques.

Uma parte cada vez maior dos que estão lutando contra o golpe percebe tanto a necessidade de combater o golpe como as dificuldades da maior parte dos partidos e organizações de massa de fazê-lo neste momento dada a sua divisão interna. Esses ativistas estão se agrupando independentemente, nesse momento, em relação a liberdade do Lula e a defesa de sua candidatura contra o golpe. Da mesma forma, estão ativos inúmeros organismos que foram criados ao longo da luta contra a derrubada da presidenta Dilma e pela anulação do seu *impeachment* fraudulento.

Uma tarefa central neste momento é multiplicar e fortalecer essa rede de organizações de base, de mobilização, de luta, que vem se ampliando desde a prisão do ex-presidente Lula.

A Conferência de Luta Contra o Golpe deve clamar a militância a **criar milhares de comitês em toda parte**, nas categorias e em todos os lugares para fazer propaganda, e colocar como problema central a luta contra o golpe em todos os terrenos e realizar um amplo trabalho de propaganda e agitação e de mobilização para impulsionar a única forma de assegurar uma vitória popular contra os golpistas: a mobilização revolucionária que ultrapasse os limites que as instituições do regime tentam impor à luta das massas.

5. Por uma greve geral para libertar Lula, derrotar o golpe e anular as reformas golpistas

A experiência mostrou que não é possível obter vitórias significativas contra os ataques do patrões e do regime golpista sem a derrota do golpe.

A greve dos caminhoneiros, com o País paralisado e amplamente apoiada pela população, evidenciou a falência do governo e mostrou além de qualquer especulação que o regime golpista pode ser derrotado pela mobilização da classe trabalhadora.

Nessa luta, um papel fundamental cabe à classe operária que precisa ser colocada em movimento para defender seus interesses e os de todo o povo, profundamente ameaçados pelo regime golpista que está jogando milhões para baixo da linha de pobreza, fazendo explodir o desemprego e o subemprego, aumentando a fome e a miséria, impondo o verdadeiro caos para servir aos interesses dos tubarões capitalistas.

A CUT, maior organização de luta dos explorados, com 4 mil sindicatos filiados, precisa deliberar e organizar a greve geral, contra o golpe, pelo fim do regime golpista (fora Temer e todos os golpistas), em defesa da liberdade de Lula, por eleições livres e democráticas com Lula presidente, para revogar todas as “reformas” do governo golpista de Temer e Cia.

A experiência das paralisações parciais e as “greves gerais” convocadas como um dia de protesto nacional no último período mostraram a necessidade de uma greve política que avance por tempo indeterminado, até o atendimento de suas reivindicações.

A greve geral é a forma mais prática de dar um caráter unitário e de massas à luta contra o golpe de Estado e todas as suas consequências e, nesse sentido, deve ser o **eixo fundamental** da agitação política dos comitês de luta neste momento sobre a base da

plataforma de “abaixo o golpe”, “liberdade para Lula” e “cancelamento de todas as reformas do governo golpista”.

6. Derrotar o golpe por meio da mobilização popular e convocar uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana

A vitória da mobilização revolucionária das massas na luta contra o golpe deve abrir caminho para uma reorganização de conjunto do regime político que hoje está organizado sobre bases golpistas e reacionárias e para servir aos interesses de uma minoria sobre a imensa maioria da população.

Nessas condições é preciso lutar pela plena vigência do regime democrático, representativo, republicano e federal, por meio da convocação de uma **Assembleia Constituinte** livre, democrática e soberana, eleita por meio do sufrágio universal e com condições de absoluta liberdade política.

Dentre outras medidas é preciso:

- Acabar com o monopólio dos partidos patronais: liberdade de organização partidária;
- Iguais condições de acesso de todos os partidos aos meios de comunicação de massa;
- Estabelecer a possibilidade de legislação popular direta, por meio do direito de iniciativa, de veto e petição de referendo pela população;
- Fortalecer a autonomia dos estados e municípios.
- Eleição popular e direta de todos os cargos públicos, incluindo o Judiciário, e revogabilidade de seus mandatos.

7. Eleição sem Lula é fraude. Abaixo o “plano B”. Lula presidente para unificar a esquerda que luta contra o golpe e derrotar os golpistas

A direita não tem o menor apoio popular. Derrotados em quatro eleições nacionais consecutivas (2002 a 2014), os golpistas não planejam, de modo algum, realizar uma eleição que lembre – nem de longe – um processo minimamente democrático. O apoio popular e a ampla liderança do ex-presidente Lula nas pesquisas eleitorais e a divisão da burguesia colocam em risco a própria realização das eleições. Isso fica evidente na crescente ameaça de golpe militar e na discussão em torno da realização de eleições indiretas.

Em meio a essa situação, um setor da esquerda quer impor um “plano B”, defendendo a participação em eleições fraudulentas para canalizar toda a luta contra o golpe para legitimá-lo por meio das eleições. Entre esses setores estão elementos que não lutaram contra o golpe, que ajudaram a direita a atacar o governo Dilma e os interesses do povo brasileiro e se recusaram a defender a anulação do *impeachment*. Como verdadeiros abutres, estão tentando promover um estelionato eleitoral e tomar para si parte do eleitorado de esquerda que apoia massivamente a candidatura de Lula.

Para tentar impor esta política, alguns setores (como dirigentes do PCdoB e a pré-candidata presidencial do partido, Manuela d’Ávila) chegaram ao extremo de defender que Lula e o PT abram mão da única candidatura capaz de unificar e impulsionar a luta pela derrota dos golpistas para apoiar Ciro Gomes, candidato representante de setores golpistas (Benjamin Steinbruch, número 2 no comando da FIESP), que defende um claro programa neoliberal, travestido de esquerdista e nacionalista. Ciro Gomes é o pivô da operação para acabar com a candidatura de Lula e o PT, substituindo-os por uma pseudo-oposição servil ao regime golpista. Nesse sentido, vem recebendo o apoio sistemático da direita golpista para ser o “candidato da esquerda”.

Esta política de estrangulamento da resistência ao golpe de Estado é compartilhada por vários setores da esquerda, inclusive, de boa parte do aparelho do próprio PT. Os apoiadores dessa política não mobilizaram contra a deposição de Dilma Rousseff e a prisão de Lula e, nos Estados, querem a “unidade” com partidos e candidatos da direita que ajudaram a dar o golpe e a aprovar as “reformas” contra o povo brasileiro. Trata-se, na realidade, de uma política de completa submissão ao conjunto da política dos golpistas, do grande capital nacional e do imperialismo estrangeiro.

A única posição política em relação ao poder que unifica e faz avançar a luta contra o golpe, neste momento da crise nacional, é a defesa da liberdade de Lula e de sua candidatura presidencial, a única capaz de opor as amplas massas ao golpe e à destruição das conquistas dos explorados pelo regime golpista. A condição fundamental, no entanto, para que esta perspectiva política se torne efetiva é que seja levada adiante pela mobilização das massas e não por manobras eleitorais, jurídicas e parlamentares.

As organizações de luta dos explorados, do campo e da cidade, precisam derrotar as manobras reacionárias contra Lula e todo o povo, deliberando por uma ampla mobilização pela liberdade do ex-presidente e pelo apoio à candidatura presidencial de Lula contra o golpe. **Eleição sem Lula é fraude! Lula presidente para derrotar o golpe!**

8. Por candidaturas operárias, socialistas e de luta contra o golpe nas eleições 2018

A questão central na atual etapa política é o golpe de Estado imposto com a derrubada do governo de Dilma Rousseff e que se aprofundou com a prisão de Lula e a ameaça de realizar eleições fraudulentas apenas para referendar um novo governo golpista e ilegítimo.

O que temos pela frente não é um processo eleitoral como de costume, mas uma fraude em meio a um golpe de Estado, quando os golpistas invadem sedes de partidos de esquerda, a Justiça determina prisões arbitrárias e políticas como a de Lula, da mesma forma como mantém presos dirigentes do maior partido de esquerda do País, suspende repasses de verbas oficiais para este partido e usa de um imenso aparato policial, jurídico e de propaganda (por meio dos monopólios da comunicação) para reprimir os partidos de esquerda, cassar suas candidaturas (com mecanismos como a lei da “ficha limpa”) etc.

Para controlar ainda mais o processo, a direita reduziu o tempo de campanha (para 45 dias) e diminuiu o tempo de televisão para os partidos sem parlamentares para privilegiar os partidos tradicionais da direita, entre outras medidas arbitrárias. Os golpistas deslançaram uma enorme ofensiva tanto contra os direitos democráticos e contra as condições de vida do conjunto dos explorados e oprimidos. Esta ofensiva, no entanto, nada mais é do que uma pequena amostra do que estão preparando.

As organizações de luta dos explorados não podem, de modo algum, depositar todas suas expectativas e paralisar suas lutas para esperar uma vitória por meio desse processo viciado. É preciso intervir neste terreno para lutar pela derrota do golpe, desmascarar o processo fraudulento que a direita quer realizar e buscar uma vitória popular por meio de uma ampla mobilização contra a direita e seus candidatos.

A candidatura de Lula é a única que expressa para milhões de brasileiros e, principalmente, para as

grandes organizações de luta dos explorados, a luta contra o golpe e suas reformas. Nessas condições, propomos que a Conferência Nacional de Luta contra o Golpe:

- Aprove a intensificação da denúncia da armação que a direita golpista está organizando em torno de eleições viciadas e fraudulentas: eleger um candidato sem apoio popular, mas que esteja comprometido com a continuidade do golpe;

- Posicione-se contra a “saída” articulada com os golpistas, pelos candidatos-abutres (que esperam abocanhar o suposto espólio político de Lula e não mobilizam contra sua prisão, mas apenas buscam fazer campanha eleitoral em torno de sua prisão);

- Chame todos os explorados e oprimidos a ir às ruas, exigindo a imediata libertação de Lula e o fim dos processos de perseguição contra o ex-presidente e denuncie que eleições sem Lula representam o aprofundamento do golpe e, de maneira nenhuma, podem ser referendadas pelas organizações de luta dos explorados. **Eleição sem Lula é fraude! É Lula ou nada!**

- Chame todas organizações de luta dos trabalhadores a aprovar o apoio à candidatura de Lula, como instrumento de mobilização contra o golpe e de defesa das reivindicações dos explorados e de suas organizações na luta política que tende a se intensificar no processo eleitoral;

- Declare nenhum apoio à candidaturas patronais, golpistas e às alianças com partidos e políticos que apoiaram o golpe e ajudaram a aprovar as reformas contra o povo trabalhador;

- Apoie em todo o País candidaturas de luta contra o golpe, de trabalhadores, operários e socialistas, lutadores das causas populares, da luta das mulheres, dos negros e da juventude, para governador, senador e deputado federal e estadual para usar a campanha como uma tribuna de luta contra o golpe; sem apoiar nenhuma aliança com partidos golpistas e burgueses, inimigos da luta dos trabalhadores.

9. A Frente Brasil Popular é pra lutar contra o golpe. Realizar já o Congresso do Povo para unificar a esquerda contra o golpe, organizar a luta pela liberdade de Lula e por Lula presidente

Sob pressão dos setores minoritários que defendem uma frente com setores golpistas e até o “plano B”, contra a única candidatura capaz de unificar a

esquerda que luta contra o golpe e de liderar a luta pela sua derrota, no terreno das eleições, o Coletivo Nacional da Frente Brasil Popular (FBP) deliberou pelo adiamento do Congresso do Povo Brasileiro, previsto inicialmente para se realizar em julho e cuja fase municipal está acontecendo com a participação de milhares de pessoas em todo o País, com quase mil encontros preparatórios já realizados.

Esse adiamento está ocorrendo no momento em que a unificação dos setores que lutam contra o golpe é uma das armas mais necessárias e poderosas na defesa de um programa dos explorados diante da crise. Essa medida nada tem a ver com um problema organizativo. Trata-se de um problema político de grande importância e que está diretamente ligado ao fato de que alguns setores pressionam, no interior da Frente, para que o Congresso do Povo, e a própria FBP, não se coloquem de forma ativa e unificada diante de problemas centrais da situação política, ou seja, sobre a luta contra o golpe (contra o qual a Frente foi criada em 2015) que, neste momento, se concentra na luta pela liberdade de Lula e na defesa de sua candidatura à presidência da República, como representante da luta contra os golpistas e a ofensiva contra os trabalhadores e suas organizações.

Essa posição equivale a uma anulação da FBP – importante ferramenta da luta dos explorados diante do golpe – em um momento decisivo, quando a crise e a polarização no País tende a se aprofundar, fazendo dela mera espectadora, deixando de lado seu papel ativo de maior organização que unificou as entidades de luta dos explorados contra o golpe e suas medidas.

O valor do Congresso do Povo está em que este seja uma verdadeira assembleia popular para deliberar sobre a luta dos explorados em meio a uma situação que é, de longe, a mais grave do País nas últimas décadas. Trata-se de fazer desse fórum um dos espaços fundamentais para lutar por uma perspectiva de classe diante do avanço do golpe de Estado que está promovendo o maior retrocesso político e econômico do País de todos os tempos.

Por isso, estamos contra o seu adiamento e propomos a sua realização antes do processo fraudulento de eleições, que a direita procura impor, com uma posição deliberada democraticamente por seus milhares de participantes.

Como parte do fortalecimento da unidade da luta dos setores operários, populares, da juventude, dos movimentos de mulheres, negros e de toda a esquer-

da que luta contra o golpe, pela liberdade de Lula e por Lula presidente contra o golpe, propomos imediatamente a realização de um grande encontro nacional, para deliberar uma luta comum, uma ampla mobilização unitária em tornos desses e de outros eixos comuns, convocado pela CUT, pelos comitês de luta e demais entidades nacionais que se somem a essa iniciativa.

10. Cancelar todas as reformas do regime golpista: anular a reforma trabalhista e a lei da terceirização-escravidão

O golpe acabou com a CLT, impondo retrocessos de quase um século nas leis trabalhistas conquistadas como resultado da luta da classe operária no Brasil e no mundo nos últimos 200 anos.

Para favorecer o grande capital em crise e continuar assaltando os cofres públicos em favor dos bancos e outros monopólios parasitários do Estado, o regime golpista impôs o congelamento dos gastos públicos por 20 anos (PEC 55), o que vai levar à destruição de todas as políticas públicas estabelecidas ao longo dos últimos anos e acelerar a destruição da Saúde e Educação públicas etc.

Para impor essa política, o regime golpista está estabelecendo um combate sem tréguas às organizações de luta dos explorados, atacando duramente os sindicatos (multas, proibição de greves, corte de recursos etc.) e outras organizações de luta dos explorados do campo (como o MST, LCP, FNL etc.) e da cidade (movimentos de moradia) e seus dirigentes com métodos típicos de uma ditadura.

A direita e os golpistas querem controlar e destruir a organização operária e popular, em particular os sindicatos e as principais organizações operárias do País, como a CUT. Por isso a adoção de medidas como a repressão e o fim do imposto sindical – um dinheiro vindo da contribuição dos trabalhadores, sobre o qual o Estado não deveria ter nenhuma intervenção, pois devem ser as organizações sindicais que devem decidir de maneira independente como vão utilizar os recursos.

A situação evidenciou que esses ataques não podem ser barrados isoladamente, em lutas parciais, por meio da pressão realizada momentaneamente quando da busca de aprovação dessa ou daquela medida tomada isoladamente. A derrota dessas e outras reformas que o regime impôs ou desejar estabelecer

(como a reforma da Previdência) só pode vir de uma luta geral dos explorados e de suas organizações independentes, de uma mobilização revolucionária que enfrente as instituições do regime golpista e ponha abaixo a ditadura que se estabeleceu contra os trabalhadores e a imensa maioria do povo.

As experiências recentes dos trabalhadores, como as derrotas na luta contra a PEC 55, a destruidora reforma do ensino médio, a aprovação da terceirização e da reforma trabalhista, comprovaram exaustivamente que não há possibilidade de derrotar os golpistas em lutas parciais e isoladas. Que é preciso **uma luta geral unificada que tenha como eixo a derrota do golpe de Estado**, para colocar abaixo o regime ditatorial que vem sendo estabelecido após a derrubada da presidenta Dilma Rousseff.

As greves dos caminhoneiros e dos petroleiros, mais recentemente, evidenciaram a necessidade de superar a dispersão e a fragmentação dos movimentos de luta, para unificar os explorados e suas organizações de luta em uma verdadeira mobilização contra o golpe. É preciso fazê-lo por meio de uma luta política geral, de uma **greve geral** que conquiste a liberdade de Lula, a anulação do *impeachment*, o cancelamento das reformas e coloque abaixo o regime golpista, abrindo o caminho para novas vitórias dos trabalhadores diante do avanço da crise histórica do capitalismo.

A unidade necessária para enfrentar e derrotar os golpistas não pode vir da articulação de cúpulas sindicais, com setores que sabotam abertamente a luta dos trabalhadores, apoiaram o golpe de Estado (como a Força Sindical) e até defendem a prisão de Lula, junto com a direita (como o PSTU/Conlutas). A unidade dos trabalhadores somente pode ser obtida **contra** as organizações golpistas dentro da classe operária e do povo.

Uma das tarefas centrais do próximo período é superar, por meio da luta política, toda ilusão de que os golpistas podem ser derrotados por meio de “articulações” no Congresso golpista ou no terreno de eleições controladas pela ditadura que avança no País, em resumo, **por meio das atuais instituições controladas pelos golpistas e completamente fora da lei**. Para isso, é necessário que a CUT (Central Única dos Trabalhadores), principal organização da classe trabalhadora do País, assuma seu papel de liderança e convoque a **greve geral**, impulsionando a luta de conjunto das organizações operárias, populares, da juventude e democráticas.

11. Derrotar o golpe no campo: reforma agrária com expropriação do latifúndio; direito de autodefesa e armamento dos trabalhadores rurais

Com o golpe de Estado, cresceu o número de assassinatos em conflitos no campo passando de 70 mortos, apenas no ano passado, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT). É o mais alto número desde 2003, com crescimento de 15% sobre o ano anterior.

Além dos assassinatos, cresce a perseguição às organizações de trabalhadores rurais, sem-terra e suas lideranças, como se viu – entre tantos casos – nos ataques ao MST, na perseguição a lideranças como José Rainha (que recorre de condenação a 30 anos de prisão), nos ataques criminosos contra ocupações e assentamentos da Liga dos Camponeses Pobres no Norte do País e em outros lugares.

Para enfrentar e derrotar essa ofensiva, é necessária a mais ampla unidade na luta contra o regime golpista dos trabalhadores da cidade e do campo e de suas organizações, tendo como eixos:

- Reforma agrária com expropriação do latifúndio;
- Imediato assentamento em todas as terras ocupadas;
- Fim da repressão aos sem-terra;
- Financiamento para os agricultores assentados e aos pequenos agricultores para a compra de máquinas, sementes e fertilizantes e condições de distribuição dos seus produtos;
- Fim do subsídio ao grande capital agrário;
- Expropriação de todos os grandes devedores;
- Fim da repressão aos sem-terra;
- Punição para todos os assassinos de sem-terra e seus mandantes;
- Liberdade para todos os presos políticos, fim de todos os processos fraudulentos e intimidatórios contra os sem-terra e suas lideranças;
- Dissolução das milícias paramilitares dos latifundiários;
- Direito ao armamento de todo o povo, organizar a autodefesa dos trabalhadores rurais.

12. Contra a entrega do petróleo e de todas as riquezas nacionais: nacionalizar o petróleo, reestatizar a Petrobrás e colocá-la sob o controle dos trabalhadores

As greves dos caminhoneiros e dos petroleiros expuseram mais uma vez, com enorme clareza, que um dos objetivos centrais do golpe é entregar toda a riqueza nacional para os especuladores e tubarões do petróleo que querem elevar seus lucros diante da crise capitalista. Os golpistas acabam de aprovar no Congresso a possibilidade de que a Petrobrás (dominada pelos especuladores nacionais e internacionais que detêm mais de 58% de suas ações) privatize até mesmo a reserva de 5 bilhões de barris que lhe foi assegurada na exploração do pré-sal. Estão entregando o petróleo, patrimônio do povo brasileiro, a R\$0,28 o barril (cerca de 160 litros) e obrigando a população a pagar, em média, R\$4,30 pelo litro da gasolina, importada em crescente volume dos EUA diante da política de redução da produção nas refinarias brasileiras. É uma gigantesca transferência de riqueza da população pobre brasileira para os bilionários especuladores internacionais.

Diante desse verdadeiro roubo, é preciso defender:

- A **nacionalização do petróleo**, a riqueza do Brasil para o povo brasileiro desde a extração até a comercialização de combustíveis e outros derivados;
- Cancelamento dos leilões de entrega do pré-sal;
- Colocar toda essa imensa riqueza a serviço de garantir recursos para a Saúde e Educação públicas, moradias populares, Previdência e outras necessidades populares prementes, conforme deliberação de suas organizações;

É preciso apoiar a reivindicação da FUP de reestatizar a Petrobras (100% estatal), colocando a empresa sob a administração direta democrática dos trabalhadores.

13. Abaixo a ditadura dos bancos: estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores

É preciso acabar com a ditadura dos banqueiros: quase 50% dos recursos públicos nos três níveis da administração federal vão parar nos cofres dos bancos para pagar juros e serviços da fraudulenta dívida pública. O Estado nacional mostra-se incapaz de realizar qualquer das suas atribuições sociais básicas, porque tornou-se uma máquina de extração de recursos da população para entregar aos banqueiros nacionais e internacionais.

Para pôr fim ao parasitismo financeiro e dos juros extorsivos, propomos à Conferência que aprove um programa de luta:

- Contra a privatização do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e demais bancos públicos e pela estatização do sistema financeiro;

- **Por um banco estatal único sob o controle dos trabalhadores, sem indenização;**

- Pela utilização dos recursos financeiros para conceder crédito subsidiado para o consumo e para pequenas empresas;

- Pelo desconhecimento das dívidas das pequenas empresas e dos consumidores endividados;

- Pelo cancelamento da dívida interna do Estado devida aos grandes capitalistas, preservação dos pequenos investidores e poupadores.

14. Pelo fim dos privilégios da imprensa golpista: fim dos monopólios da comunicação. Cassação da concessão de TV e demais meios eletrônicos da Rede Globo golpista

O golpe escancarou o papel reacionário, antinacional e pró-imperialista do monopólio privado dos meios de comunicação que atua contra os interesses do povo brasileiro e a serviço do imperialismo. Atuam abertamente como um partido golpista, reacionário e entreguista expropriando o direito de informação e de expressão de 200 milhões de brasileiro, fraudando e realizando campanhas de lesa-pátria e defesa dos interesses do grande capital internacional contra os interesses nacionais e do povo brasileiro.

Para tanto, consideramos que é preciso lutar pelas seguintes medidas:

- Fim da manipulação e dos monopólios dos meios de comunicação;

- Cassação do monopólio da Rede Globo e demais grandes concessionárias dos meios de comunicações eletrônicos;

- Estatização dos monopólios de TV e rádio. Acesso gratuito aos meios de comunicação para todas as organizações operárias e populares.

15. Fim do lucro com a doença e do comércio do ensino: estatização da Saúde e da Educação para garantir serviços públicos e de qualidade para todo o povo

Uma das áreas em que o golpe mais intensificou a destruição dos serviços públicos em favor dos mo-

nopólios privados são as da Saúde e da Educação.

Para acabar com o comércio da Saúde e da Educação é preciso:

- Expropriar os grandes laboratórios farmacêuticos e estatizar completamente todo o sistema de saúde nacional;

- Atendimento público e de boa qualidade em todas as áreas da saúde;

- Plano Nacional de emergência, sob o controle dos trabalhadores da saúde e da população explorada em geral, por meio de suas organizações de luta, para combater as endemias e epidemias que flagelam o povo brasileiro e imediata implementação de um plano de obras públicas para garantir saneamento básico e moradia à toda a população;

- Fim da sustentação, por meio do Estado, do lucro com a doença e do comércio do ensino: verbas públicas somente para Educação e Saúde Públicas; ensino público, gratuito e de qualidade para todos em todos os níveis;

- Revogação da “reforma” do ensino médio e de todas medidas antieducacionais do regime golpista;

- Defender o Piso Salarial Nacional dos professores (que os golpistas querem eliminar) e lutar pela sua elevação com a imediata implantação da Meta 17 do Plano Nacional da Educação que estabelece a equiparação dos salários dos professores ao piso dos demais profissionais do ensino superior, de cerca de R\$ 5 mil;

- Abaixo o projeto fascista de “Escola sem Partido” e toda a política reacionária da direita de censura e repressão nas escolas;

- Universidades sob o controle de estudantes, professores e funcionários (gestão tripartite);

- Fim da ditadura nas escolas: eleição dos diretores e coordenadores pela Comunidade Escolar, gestão tripartite de todas as escolas;

- Máximo de 25 alunos por sala de aula para garantir condições adequadas de ensino-aprendizagem e gerar milhares de empregos para os educadores.

16. Reduzir a jornada de trabalho para gerar milhões de empregos e repor as perdas salariais

Com a crise capitalista e o golpe de Estado, milhões de trabalhadores estão sendo condenados ao desemprego e o subemprego. Um em cada quatro brasileiros está nessa situação. Diante disso, é preciso:

- Reduzir a jornada de trabalho, trabalhar menos para que todos trabalhem: jornada máxima de 35 horas semanais, 7 horas por dia, cinco dias por semana;

- Salário mínimo vital, deliberado pelas organizações populares, suficiente para suprir as necessidades de uma família operária.

- Impor aos patrões que estes suportem o ônus da crise que eles mesmos criaram: salário desemprego pago enquanto o trabalhador permanecer sem contratação, igual ao último salário da ativa, financiado por um imposto sobre os lucros das empresas;

- Isenção de pagamento de todos os serviços públicos para os desempregados (gás, água, luz, prestação da casa própria, telefone, IPTU etc.);

- Subsídio estatal para o pagamento do aluguel para os trabalhadores desempregados;

- Salário desemprego igual ao da ativa.

- Nenhum imposto sobre os trabalhadores e o consumo, que os patrões sustentem o Estado: fim de todos os impostos sobre o salário e sobre o consumo popular; por um imposto único sobre os lucros dos capitalistas, sobre a especulação financeira e o consumo de artigos de luxo; fim do IPTU, taxação e expropriação dos imóveis de luxo, vagos e de aluguel.

17. Fim do regime golpista de perseguição às mulheres: descriminalização do aborto, salário igual para trabalho igual

A dominação da direita aprofundada com a derubada da primeira mulher eleita presidenta da República no País, significou um ataque aos direitos das mulheres em larga escala. É, por um lado, prender e reprimir as mulheres que fazem o aborto, negar o direito da mulher sobre seu próprio corpo e, por outro lado, não dar nenhuma condição para que as mulheres, em especial as trabalhadoras, possam criar seus filhos.

O programa da direita é o programa neoliberal, de miséria; de liquidação dos direitos trabalhistas, de privatização e devastação da economia nacional e de fim dos gastos sociais do governo. Isso significa deixar as mulheres trabalhadoras à sua própria sorte, sem creches e escolas para seus filhos, sem saúde pública e sem assistência de nenhum tipo.

Essa é a verdadeira situação de opressão da mulher. É preciso lutar contra o golpe e as instituições

dominadas pela direita, que não vão defender o direito das mulheres, dos oprimidos e explorados, mas atacá-los.

Com o golpe que derrubou a presidenta Dilma, a direita promoveu um ataque não apenas ao PT ou à esquerda, mas às próprias mulheres, demonstrando um desprezo acintoso pelos direitos políticos de metade da população. Buscaram desmoralizar a primeira mulher eleita para o cargo político mais importante do país em função dos seus interesses de exploração do povo e do seu entreguismo. Compreendendo essa situação, milhares de mulheres tiveram e têm um papel destacado na luta contra o golpe, que precisa ser reforçado ainda mais.

É preciso reforçar em nosso movimento a luta pelos direitos das mulheres e contra a sua opressão, vinculando-a diretamente à luta contra o golpe. Isto, tendo claro que a sua situação não pode ser efetivamente mudada de maneira isolada do resto da sociedade, ou seja, sem promover uma transformação geral da sociedade em que vivemos hoje, o que só pode ser feito pela classe operária e suas organizações de luta.

A luta que está colocada de imediato para as mulheres é a luta contra a direita, pela anulação do *impeachment* da presidenta Dilma, contra a prisão de Lula, contra a intervenção militar e contra toda a ofensiva da direita que tem como principal alvo as mulheres. É a luta contra o aprofundamento do golpe, contra a ampliação da dominação da direita, que vai agravar sobremaneira a situação de exploração já intensa que a mulher sofre atualmente.

Diante da crescente superexploração, opressão, violência e discriminação da mulher é preciso lutar:

- Por salário igual para função igual;

- Pela obrigatoriedade da implantação de creches pelo Estado;

- Pelo desmantelamento de toda a rede de esterilização e punição dos responsáveis pelo assassinato de mulheres em verdadeiros açougues em que se constituíram a maioria das clínicas de aborto;

- Pela liberdade da mulher decidir sobre seu corpo com a legalização do aborto e sua realização, em condições dignas, pela rede pública de saúde;

Contra a política de encarceramento: liberdade para todas as mulheres com filhos ou gestantes, liberdade para todas as mulheres implicadas em crimes de tráfico de drogas.:

18. Fim da matança da população pobre e negra: dissolução da PM e de todo o aparato repressivo

Se antes do golpe a situação do negro no Brasil era dramática, agora intensifica-se drasticamente a opressão da população negra.

Os negros são os mais atingidos pelo desemprego e rebaixamento geral dos salários, são as maiores vítimas do aumento da repressão no campo e na cidade etc.

A luta do povo negro deve ser pela emancipação das pessoas que compõem mais da metade da população e que são as mais oprimidas pelo Estado burguês. Essa luta deve ser efetivamente, nesse momento, a luta contra o golpe que agravou sua situação social e a repressão policial.

Por isso, é preciso lutar:

- Pelo fim da opressão da população negra: isonomia salarial, livre ingresso na universidade e fim de todo o tipo de discriminação.

- Pelo fim ao massacre da população trabalhadora das periferias e da juventude, em sua maioria negra. **Pela dissolução das PMs e de todos os órgãos de repressão;**

- Pela criação de polícias estritamente municipais sob o controle direto da população e sem nenhuma ingerência estatal;

- Punição de todos os envolvidos nos massacres contra a população;

- Para garantir o fim da violência policial, organizando a população para o exercício do seu direito democrático de sua defesa contra os massacres.

- Contra as tentativas de maior penalização, tais como pena de morte, prisão perpétua, criminalização a partir dos 16 anos etc.

19. Em defesa da Venezuela e de Cuba. Fora o imperialismo da América Latina

Os governos nacionalistas latino-americanos, que chegaram ao poder nas últimas décadas, foram o resultado de uma reação de características revolucionárias da população de seus países contra a política neoliberal do período anterior capitalizada pela burguesia e a pequena-burguesia democrática e nacionalista para um programa de reformas políticas e sociais.

Esses governos foram obrigados, senão a reverter a política neoliberal, pelo menos a moderar essa

ofensiva e criar uma série de mecanismos para atender aqueles setores da população e das classes sociais mais atingidos pela destruição causada pelo neoliberalismo. Por isso mesmo, muitos deles foram derrubados por meio de golpes orquestrados pelo imperialismo norte-americano e outros continuam a ser duramente atacados. O que acontece no Brasil nada mais é que uma parte de uma política golpista do imperialismo que atinge todo o continente americano. Estamos diante de um golpe de Estado continental: Argentina, Chile, Peru, Paraguai, Equador, Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Honduras, México...

A Conferência Nacional Aberta de Luta Contra o Golpe deve se posicionar:

- Contra a intervenção imperialista na América Latina;

- Pelo fim dos ataques contra os governos e os povos, particularmente, neste momento, o venezuelano, cubano e nicaraguense;

- Pela restituição ao poder dos governos eleitos que foram derrubados por golpes de diversos tipos;

- Pelo desconhecimento da dívida externa: o pagamento dos juros e serviços das dívidas externa e interna constituem um dos principais destinos dos recursos expropriados da população explorada;

- Fora o FMI, cancelamento de todos os acordos políticos, econômicos e diplomáticos ditados pelo imperialismo;

- Expropriar o grande capital imperialista em nossos países, para colocar a riqueza de nosso continente a serviço do nosso povo;

- Pela unidade socialista dos povos latino americanos. Por uma frente única internacional de resistência ao golpe continental.

20. Abaixo a intervenção imperialista na Síria e no Irã. Todo apoio à luta do povo palestino

As potências imperialistas destruíram países inteiros para controlar riquezas e recursos naturais e aprofundar a sua dominação política e militar sobre o planeta. Um exemplo fundamental dessa destruição é o Oriente Médio, região pouco industrializada, de capitalismo atrasado, riquíssima em petróleo.

Uma riqueza natural como essa, na quantidade em que é encontrada no Oriente Médio (e aqui no Brasil) poderia ser uma vantagem para os países da região compensarem o atraso no seu desenvolvimento e criar melhores condições de vida para os seus po-

vos. Mas não pode ser assim na fase monopolista do capitalismo, em que um seleto grupo de países, onde estão os poucos monopólios financeiros que controlam a economia no mundo inteiro, impede que os países atrasados se desenvolvam, controla seus mercados e sua produção.

Para controlar o Oriente Médio, o imperialismo derrubou uma série de governos, seja por meio de conspirações, seja simplesmente por meio de guerras. Procura manter a submissão de povos inteiros dessa região por meio do estabelecimento de bases militares e de verdadeiros protetorados, como é o caso do Estado de Israel, arma do imperialismo contra os palestinos e todos os povos do Oriente.

Diante disto, a Conferência deve aprovar como suas reivindicações:

- Abaixo a intervenção imperialista e os ataques contra a Síria, o Irã e todos os povos do Oriente Médio.
- Em defesa do Estado Palestino. Fim do Estado de Israel, criação de um Estado multinacional democrático onde toda a população da região esteja representada.

21. Por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo, sem burgueses, sem banqueiros e sem golpistas

A experiência dos últimos anos deixou ainda mais evidente que a política de colaboração de classes, de entendimento com os grandes capitalistas e suas máfias políticas, de forma alguma representa uma alternativa real e duradoura no sentido do atendimento das necessidades da população explorada e até mesmo da garantia dos interesses democráticos da maioria do povo.

As concessões feitas aos capitalistas não servem para conter sua política reacionária e desarmam os explorados e suas organizações frente às novas ofensivas nas quais o grande capital “nacional” e o imperialismo procuram defender seus interesses diante da crise capitalista às custas de destruir a economia nacional e entregar as riquezas nacionais (petróleo, água, estatais etc.) para os tubarões imperialistas e jogar milhões na fome e miséria. Para isso, não vacilam em lançar o País em uma ditadura, na qual cresce a repressão contra os trabalhadores, a juventude, as mulheres, os negros e todos os setores explorados e suas organizações.

Somente através de uma mobilização unitária, massiva e consciente, ou seja, revolucionária da classe operária e dos demais explorados, é possível abrir uma perspectiva de superação dessa situação, agravada pelo quadro de crise histórica do capitalismo em todo o planeta.

A luta pela derrota da ofensiva da direita golpista e do imperialismo precisa abrir caminho para a liquidação da ditadura dos bancos e do grande capital e do Estado capitalista, instrumento de manutenção fundamental do regime de propriedade privada dos meios de produção por uma minoria. Para uma vitória duradoura dos explorados é preciso lutar pelo estabelecimento do poder da classe trabalhadora: **um governo das organizações operárias e camponesas, sem banqueiros, sem capitalistas e golpistas**, a serviço da defesa dos interesses do povo explorado contra os do grande capital, que ponha abaixo o regime atual de exploração da maioria do povo por um punhado de grandes capitalistas.☪